



**REGULAMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL  
POR ELABORAR ANTEPROJETOS DE LEI DESTINADOS A  
DESBUROCRATIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA,  
MELHORAR A RELAÇÃO COM AS EMPRESAS E O TRATO COM OS  
CIDADÃOS**

**Art. 1º** Este Regulamento disciplina os trabalhos da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas e o trato com os cidadãos, instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015.

**Art. 2º** A Comissão de Juristas reunir-se-á, em caráter ordinário, conforme cronograma previamente aprovado.

§ 1º Os membros da Comissão deverão ser comunicados acerca da realização de reunião com antecedência mínima de 48 horas, preferencialmente por telefone ou por meio eletrônico, ressalvada a comunicação realizada aos presentes durante reunião da Comissão.

§ 2º As reuniões serão realizadas nas dependências do Senado Federal.

**Art. 3º** Ao Presidente da Comissão, designado nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, compete:

I – elaborar plano e metodologia para as várias fases do trabalho, a serem aprovados pela Comissão;

II – dirigir as reuniões de trabalho;

III – definir as pautas e confirmar as reuniões ordinárias agendadas nos termos do *caput* do art. 2º deste Regulamento, ou, eventualmente, remarcar-las em razão de motivos relevantes;

IV – convocar reuniões extraordinárias de trabalho, por iniciativa própria ou a pedido da maioria dos membros da Comissão;

V – demandar à Secretaria da Comissão os atos e expedientes necessários ao bom andamento dos trabalhos;

VI – solicitar os serviços de apoio aos Órgãos do Senado;

VII – assinar o expediente da Comissão, incluindo comunicações administrativas e convites formulados a não membros para participarem das reuniões;

VIII – delegar funções aos membros da Comissão;

IX – outras atribuições inerentes à natureza da função.



**Senado Federal**  
**Secretaria-Geral da Mesa**  
**Secretaria de Comissões**  
**Coordenação de Comissões Temporárias, Especiais e Parlamentares de Inquérito**

§ 1º A Comissão divulgará endereço eletrônico e outras formas de contato para o recebimento de sugestões do público externo.

§ 2º A Comissão terá um Vice-Presidente, eleito pelos demais membros, que poderá exercer as atribuições do Presidente em suas ausências e impedimentos.

**Art. 4º** Ao Relator, designado nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2015, compete:

I – receber as sugestões encaminhadas à Comissão pelo público externo, distribuindo-as aos membros da Comissão conforme área de atuação temática;

II – sistematizar o conjunto das contribuições oferecidas pelos membros da Comissão;

III – consolidar as diferentes partes do trabalho da Comissão, de forma a garantir a uniformidade de conceitos, formas e estilos, bem como a coerência ao longo do texto elaborado.

**Art. 5º** As deliberações da Comissão serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros.

§ 1º Eventuais divergências poderão ser consignadas em ata, a pedido do membro interessado.

§ 2º Para a abertura dos trabalhos da Comissão, deverão estar presentes, pelo menos, um quinto de seus membros, dentre os quais, necessariamente, deverá constar o Presidente, o Vice-Presidente ou o Relator.

§ 3º Na hipótese de ausência do Presidente e do Vice-Presidente, assumirá a presidência o membro mais idoso.

§ 4º Na hipótese de ausência do Relator, o Presidente deverá designar relator *ad hoc* para aquela sessão.

**Art. 6º** Fica assegurada aos membros da Comissão plena liberdade de opinião sobre todos os temas referentes à elaboração dos anteprojetos de Lei de desburocratização independentemente da divisão interna do trabalho.

Parágrafo único. Enquanto os trabalhos não forem concluídos, podem os membros ressaltar que suas opiniões e manifestações realizadas fora do recinto da Comissão acerca dos seus trabalhos são de caráter pessoal.

**Art. 7º** Os texto finais dos anteprojetos serão submetidos, no âmbito da Comissão, a votação em globo ou por grupos de dispositivos, ressalvada a possibilidade de destaque para votação em separado de artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, mediante requerimento de qualquer de seus membros.



**Senado Federal**  
**Secretaria-Geral da Mesa**  
**Secretaria de Comissões**  
**Coordenação de Comissões Temporárias, Especiais e Parlamentares de Inquérito**

Parágrafo único. As sugestões ao texto principal, quando versarem sobre o mesmo dispositivo ou grupo de dispositivos, poderão ser aglutinadas para deliberação, por iniciativa do Relator.

**Art. 8º** A Comissão encerrará os seus trabalhos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 02 de setembro de 2015, conforme determina o *caput* do art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015.

Parágrafo único. Se houver necessidade de prorrogação, a Comissão encaminhará pedido fundamentado ao Presidente do Senado Federal, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, estimando o novo prazo para o término dos trabalhos.

**Art. 9º** Nos casos omissos, o Presidente deliberará, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Comum do Congresso Nacional, nessa ordem.

Sala das Comissões, em      de setembro de 2015.

**Presidente:** Mauro Campbell Marques

**Relator:** José Antonio Dias Toffoli